



**PAUTA
PARA A 35ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 08 DE MAIO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 613, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a realização de exame oftalmológico completo em todas as crianças que se matriculem no 1º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas e particulares do Estado.

2 - Projeto de lei nº 614, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a Política Estadual de Incentivo às Feiras Gastronômicas, através do comércio de alimentos em "trailers", vans, caminhões e veículos similares conhecidos como "FOOD TRUCKS".

3 - Projeto de lei nº 615, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Declara de utilidade pública a "Associação dos Pequenos Produtores Rurais Irmã Dorothy Stang - APPRIDS", em Sud Mennucci.

4 - Projeto de lei nº 616, de 2015, de autoria do deputado Ed Thomas. Dá a denominação de "Comendador Rômulo Neves Baptista" ao viaduto localizado na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, km 591+980m, entre os municípios de Presidente Bernardes e Santo Anastácio.

5 - Projeto de lei nº 617, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Declara de utilidade pública o "Instituto Adhara", em Cotia.

6 - Projeto de lei nº 618, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Estabelece o fornecimento de peruca às pessoas com alopecia provocada pela aplicação da quimioterapia.

7 - Projeto de lei nº 619, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Professora Therezinha Aparecida Siriani Victolo" à ponte situada no km 476+050m da Rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Tanabi.

8 - Projeto de lei nº 620, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Declara de utilidade pública o "Conselho de Pastores Evangélicos de Sertãozinho", naquele Município.

9 - Projeto de lei nº 621, de 2015, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a "Associação Brasileira Cisterciense", em São José do Rio Pardo.

10 - Projeto de lei nº 622, de 2015, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública o "Educandário Allan Kardec", na Capital.

11 - Projeto de lei nº 623, de 2015, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a "Associação Jaguamimbaba para o Desenvolvimento Sustentável", em Cruzeiro

12 - Projeto de lei nº 624, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Declara de utilidade pública a "Orquestra de Viola Brasileira de Atibaia", naquele Município.

13 - Projeto de lei nº 625, de 2015, de autoria do deputado André do Prado e outros. Dispõe sobre a adoção de medidas visando à segurança e ao conforto dos torcedores de jogos de futebol profissional e estabelece penalidades às entidades relacionadas à prática desse esporte, em razão de ilícitos praticados por seus torcedores.

2ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 14, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui a "Medalha do Mérito Esportivo".

2 - Projeto de lei nº 592, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a oferta de Esporte, como atividade educacional complementar, mas independente da Educação Física, a todos os alunos dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas estaduais.

3 - Projeto de lei nº 593, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Institui o "Programa para a Valorização de Iniciativas Tecnológicas - VAI TEC" no

Estado.

4 - Projeto de lei nº 594, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Declara de utilidade pública a "Instituição Espiritualista Casa da Esperança", na Capital.

5 - Projeto de lei nº 595, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Maria Lucia de Amorim Soares" à Escola Técnica Estadual de Piedade (ETEC Piedade), unidade de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETEPS), em Piedade.

6 - Projeto de lei nº 596, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Declara de utilidade pública o "Lar da Mônica", em Piedade

7 - Projeto de lei nº 597, de 2015, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Sociedade de Assistência à Criança Doutor César Benedito F. Rodrigues - Sancristo", em Bauru.

8 - Projeto de lei nº 598, de 2015, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública o "Grupo Amigas do Peito de Bauru", naquele Município.

9 - Projeto de lei nº 599, de 2015, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Romilda Fachetti Gonçalves" ao viaduto localizado no km 346,850 da Rodovia Cezário José de Castilho - SP 321, em Bauru.

10 - Projeto de lei nº 600, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dispõe sobre sanções administrativas aplicáveis em casos de discriminação em virtude da raça, sexo, cor, origem, etnia, religião, profissão, idade, compleição física ou deficiência, doença não contagiosa, ou em razão de orientação sexual, no âmbito dos estabelecimentos comerciais situados no Estado

11 - Projeto de lei nº 601, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "ACCA - Associação dos Compositores e Cantores Amadores de São José do Rio Preto e Região".

12 - Projeto de lei nº 602, de 2015, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dá a denominação de "Professor Geraldo do Espírito Santo Fogaça de Almeida" à Escola Estadual do Jardim Santa Bárbara, em Sorocaba.

13 - Projeto de lei nº 603, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Institui o "Programa de Auxílio Psicológico a Vítimas de Crimes de Violência Sexual".

14 - Projeto de lei nº 604, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Torna obrigatória a presença de monitor maior de 18 (dezoito) anos de idade nos veículos utilizados para o serviço de transporte escolar de alunos com até 10 (dez) anos de idade no sistema estadual de ensino.

15 - Projeto de lei nº 605, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Acrescenta o inciso VII no artigo 2º e altera o "caput" do artigo 3º da Lei 11.265, de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura de seguro de acidentes pessoais coletivos em eventos artísticos, desportivos, culturais e recreativos com renda resultante de cobrança de ingressos.

16 - Projeto de lei nº 606, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Determina que todos os supermercados, hipermercados, lojas de departamento e estabelecimentos assemelhados do Estado de São Paulo, que possuam mais de 5 (cinco) caixas para atendimento ao cliente/consumidor, deverão instalar painel indicativo com a quantidade de caixas ou terminais disponíveis e em operação.

17 - Projeto de lei nº 607, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Autoriza o Poder Executivo a criar o Regime Assistencial Especial de Atendimento de Emprego e Renda às mulheres vítimas de violência conjugal no Estado.

18 - Projeto de lei nº 608, de 2015, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Institui o "Dia Estadual das Vítimas de Trânsito".

19 - Projeto de lei nº 609, de 2015, de autoria do deputado Milton Vieira. Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições de ensino da rede pública e particular de instalarem armários para que alunos nas fases pré-escolar e de ensino fundamental tenham espaço para guardar livros, cadernos e outros materiais.

20 - Projeto de lei nº 610, de 2015, de autoria do deputado Milton Vieira. Revoga o parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

21 - Projeto de lei nº 611, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dispõe sobre a instalação, em prédios públicos, de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água.

22 - Projeto de lei nº 612, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Acrescenta dispositivo na Lei nº 13.798, de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC.

23 - Moção nº 30, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Manifesta apoio aos professores e apela para que o Sr. Governador abra, em caráter de urgência, as negociações com o magistério da rede pública de ensino do estado, com vistas ao atendimento das justas reivindicações da categoria, o que implica não apenas a aplicação dos reajustes salariais pleiteados, mas também a adoção das medidas visando à melhoria das condições de ensino no nosso Estado.

24 - Moção nº 31, de 2015, de autoria do deputado Celino Cardoso. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim que determine ao Ministério dos Transportes as dignas providências para alteração do artigo 228 da Lei nº 9503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

25 - Moção nº 32, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que sejam adotadas as providências necessárias para que o Brasil, como outros países e diversas entidades de direito público internacional, reconheça oficialmente o genocídio de que foi vítima o povo armênio, perpetrado pelos turcos em 1915.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 588, de 2015, de autoria do deputado Ed Thomas. Dispõe sobre a inclusão de pessoas com deficiência psicossocial no Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência (PADEF) promovido pelo Poder Executivo no âmbito do Estado, através da Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho.

2 - Projeto de lei nº 589, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Declara de utilidade pública o "Projeto Ondas", em Guarujá.

3 - Projeto de lei nº 590, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Determina que todos os estabelecimentos comerciais que comercializem bebidas alcoólicas de qualquer natureza mantenham em seus cardápios e propagandas a frase "Se beber, não dirija".

4 - Projeto de lei nº 591, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Cláudia Francisco da Silva" à Escola Estadual localizada no Bairro Jardim San Diego, em Campinas.

5 - Moção nº 29, de 2015, de autoria do deputado Celino Cardoso. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que os Projetos de Lei que dispõem sobre a inclusão do tipo sanguíneo, bem como do fator RH nos documentos de identificação civil seja apreciado e aprovado com máxima brevidade possível.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 542, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Dr. Faustino Nelson D`Avila" ao Hospital Regional de São José dos Campos.

2 - Projeto de lei nº 543, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Declara de utilidade pública o "Instituto Sonho Vivo", em Bebedouro

3 - Projeto de lei nº 544, de 2015, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Prefeito Belmiro Joveliano" ao viaduto localizado entre os kms 318 e 319 da Rodovia Brigadeiro Faria Lima, SP 326, em Santa Ernestina.

4 - Projeto de lei nº 550, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "Prefeito Alidino Valter Bonini" à ponte sobre o Rio Tietê localizada no km 206 da Rodovia Assis Chateaubriand (sentido Barbosa/São José do Rio Preto), em Barbosa.

5 - Projeto de lei nº 561, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Dra. Mônica Sanches Pretel e Pretel" ao trevo localizado no km 592 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, entre os Municípios de Santo Anastácio e Presidente Bernardes.

6 - Projeto de lei nº 562, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Armando Quintana Guinossi" ao trevo localizado no km 603+100m da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, entre os Municípios de Santo Anastácio e Piquerobi.

7 - Projeto de lei nº 565, de 2015, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Caná", em Bauru.

8 - Projeto de lei nº 566, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação Jesuíno Marcos Maguila - Magnificat", em

Mogi Mirim.

9 - Moção nº 28, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2011, que institui a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do plano de metas pelo Poder Executivo municipal, estadual e federal, com base nas propostas da campanha eleitoral, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

3ª Sessão

Projeto de lei nº 587, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

3ª Sessão

Proposta de emenda nº 2, de 2015, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Pedro Tobias e outros. Altera os artigos 174 e 175 da Constituição do Estado e acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.